

MINAS GERAIS

Do Presídio de Campos Gerais, para Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para tratamento psiquiátrico temporário:

Romildo Gomes Marques	Campos Gerais
250816	

Do Presídio de Passos, para Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para Exame de Sanidade Mental:

Alex Junior Jacob-1037447	Passos
---------------------------	--------

A Unidade Prisional poderá imediatamente efetivar a transferência, após tomar conhecimento da autorização, via Despacho SEI, contido, o prazo de validade do Despacho, NÃO poderá exceder o prazo de 20 dias a contar da publicação no jornal de Minas Gerais. Não ocorrendo a apresentação dos custodiados nos estabelecimentos prisionais no prazo de 30 (vinte) dias, a contar da data de publicação deste ato, ficam as movimentações canceladas, conforme estabelecido no Memorando Circular nº 2/2021/SEJUS/SGSVC.

Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos será passível de ser reconhecida possível desobediência de ordem legal e o servidor responsabilizado por crime de improbidade administrativa, nos termos do Art. 11, Inc. I e II, Lei 8429/92, salvo, mediante prévia e fundamentada justificativa.

Belo Horizonte, 28 de Novembro de 2023
Fábio César Simões Moreira
Superintendente de Gestão de Vaga

27 1873891 - 1

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023, e em cumprimento à decisão proferida em sede do Processo Judicial nº 5042389-82.2023.8.13.007, concede afastamento ao contratado temporário ROBERT GOULART DE PAULA, Masp 1538142, RASP, para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciária/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo da remuneração.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

27 1873668 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº PAD 458/2023, Savano Junger Froede, designado pela PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUS/PAD Nº 458/2023, publicada no Minas Gerais de 18 de Outubro de 2023, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o servidor RODRIGO DOS SANTOS SILVEIRA, Masp 1.447.625-3, lotado à época dos fatos no Presídio de Malacacheta I, Unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na NUCAD15, RSP, situada à Rua Gustavo Leonardo, 095, Bairro São Jacinto - Teófilo Otoni/MG, CEP: 39801-260, nos dias úteis, das 08h00min às 17h00min, telefone (33) 98855-8374, e-mail: nacad5@spg@gmail.com no prazo de 10 dias a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente ou através de Procurador constituído, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, incisos IV, V e VI, c/c artigo 245, caput e parágrafo único e 246, inciso I, em incidência no artigo 250, inciso IV, todos na forma da Lei nº 869/52, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, I, III ou VI, do referido Diploma Legal, sob pena de REVELIA.

Teófilo Otoni/MG, 21 de Novembro de 2023
Savano Junger Froede
Masp: 1.173.784-8
Presidente de Comissão

21 1871294 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO
A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 080/2023, publicado no Minas Gerais de 07 de março de 2023, Nathália Vilmarino Rodrigues, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUS/PAD nº 080/2023, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o servidor JULEY GONÇALVES DA SILVA, Masp nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o ex-pretador de serviços, na função de Agente de Segurança Penitenciária, JULEY GONÇALVES DA SILVA - MASP 1.337.381-6, lotado à época dos fatos no Presídio de João Pinheiro I, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente ou por advogado constituído, tomar conhecimento da juntada de provas emprestadas Autos nº 0012825-53.2019.8.13.0363 recebidas do TJMG e caso queira se manifeste a respeito, assim, como querendo comparecer às audiências das testemunhas a serem realizadas em 28/12/2023 (quinta-feira) às 09h00, 18h00, 14h00, bem como para seu INTERROGATORIO que será realizado no mesmo dia em 28/12/2023 (quinta- feira) às 15h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link: (https://meet.google.com/uzf-lrqs-uzs), ficando a comissão à disposição através do endereço Rua Filadelfo Souza Pinto, nº 141, Bairro Nova Divinópolis - CEP: 38.613-080 - Unai - MG, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, endereço eletrônico e telefone: naciad1@spg@gmail.com, telefone (38) 3676-9707, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. Caso não se apresente ou se manifeste, será designado nos termos do Art. 226 da Lei 869/1952 DESIGNO "ex-officio" o servidor Washington Souza Santos - MASP 1.140.635-2, para atuar como Defensor Dativo do processado, no intuito de acompanhar as oitivas das testemunhas e no intuito de apresentar alegações finais de defesa, com vistas a contemplar o direito de ampla defesa e contraditório em respeito ao devido processo legal. Desta forma, fica intimado o processado abaixo relacionado pelo presente mandado.

INTIMADO JULEY GONÇALVES DA SILVA - MASP 1.337.381-6.
Unai-MG, 21 de novembro de 2023
Edmilson Pereira Viana
Masp: 1.341.000-0
Presidente de Comissão

16 1869099 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO
O Sr. Edmilson Pereira Viana, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUS/PDS Nº 037/2021, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 20 de maio de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, INTIMA o ex-pretador de serviços, na função de Agente de Segurança Penitenciária, JULEY GONÇALVES DA SILVA - MASP 1.337.381-6, lotado à época dos fatos no Presídio de João Pinheiro I, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da 8ª (oitava) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente ou por advogado constituído, tomar conhecimento da juntada de provas emprestadas Autos nº 0012825-53.2019.8.13.0363 recebidas do TJMG e caso queira se manifeste a respeito, assim, como querendo comparecer às audiências das testemunhas a serem realizadas em 28/12/2023 (quinta-feira) às 09h00, 18h00, 14h00, bem como para seu INTERROGATORIO que será realizado no mesmo dia em 28/12/2023 (quinta- feira) às 15h00 por modalidade de videoconferência através da sala de reuniões do Google Meet no link: (https://meet.google.com/uzf-lrqs-uzs), ficando a comissão à disposição através do endereço Rua Filadelfo Souza Pinto, nº 141, Bairro Nova Divinópolis - CEP: 38.613-080 - Unai - MG, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, endereço eletrônico e telefone: naciad1@spg@gmail.com, telefone (38) 3676-9707, para dirimir eventuais dúvidas e/ou fornecer orientações. Neste ato, fica o processado ciente que poderá constituir procurador para acompanhar as oitivas, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. Caso não se apresente ou se manifeste, será designado nos termos do Art. 226 da Lei 869/1952 DESIGNO "ex-officio" o servidor Washington Souza Santos - MASP 1.140.635-2, para atuar como Defensor Dativo do processado, no intuito de acompanhar as oitivas das testemunhas e no intuito de apresentar alegações finais de defesa, com vistas a contemplar o direito de ampla defesa e contraditório em respeito ao devido processo legal. Desta forma, fica intimado o processado abaixo relacionado pelo presente mandado.

INTIMADO JULEY GONÇALVES DA SILVA - MASP 1.337.381-6.
Unai-MG, 21 de novembro de 2023
Edmilson Pereira Viana
Masp: 1.341.000-0
Presidente de Comissão

21 1871212 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023, e em cumprimento à decisão proferida em sede do Mandado de Segurança nº 5245179-70.2023.8.13.0024, concede afastamento ao contratado temporário LUDGERO LUIZ DE PAULA OLIVEIRA, MaSP 1483541 - 7, ASP, para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciária/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, ressalvado o direito ao recebimento da bolsa auxílio.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

27 1873667 - 1

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023, e em cumprimento à decisão proferida em sede do Processo Judicial nº 5014740-76.2023.8.13.0245, concede afastamento ao contratado temporário RENATO AUGUSTO DOS SANTOS, Masp 1386679 - 3, ASP, para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciária/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo da remuneração.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

27 1873669 - 1

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023, e em cumprimento à decisão proferida em sede do Processo Judicial nº 5023038-02.2023.8.13.0231, concede afastamento ao contratado temporário DOUGLAS JUNIO DOS SANTOS MATOS, Masp 1539731 - 8, ASP, para participação no Curso de Formação Técnico Profissional do cargo de Agente de Segurança Penitenciária/Polícia Penal, relativo ao concurso público promovido pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 11/09/2023 a 04/10/2023, 11/10/2023 a 02/12/2023, 08/12/2023, 11/12/2023 a 16/12/2023, sem prejuízo da remuneração.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

27 1873671 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretaria: Marília Carvalho de Melo

Expediente

A Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças, nos termos de suas atribuições e nos termos da Resolução SEMAD nº 3.205, de 05 de janeiro de 2023, CONCEDE COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos artigos do art. 27, II, da Lei Delegada nº 174, de 26/10/2007, alterada pelo art. 77 da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, o servidor DENILSON GABRIEL DE MELO, MASP 1.379.219-7, pela remuneração do cargo efetivo de Gestor Ambiental, Nível II, Grau A, acessada de 50% do vencimento do cargo de promotor, em comissão de DAD-D MD1101594, a partir de 24 de novembro de 2023.

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, no uso das suas atribuições legais, torna público a CONCESSÃO da Licença Ambiental abaixo identificada: Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se depositados no site https://www.ineam.mg.gov.br/ (a) Bruno Neto de Ávila, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro. (ATO DE DELEGAÇÃO SEMAD/SECEX Nº 05, DE 01 DE JANEIRO DE 2023.) 1) Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação (LAI) *Mossaic Fertilizantes P&K Ltda. (Pista de Rocha do Mineroduto - ANM nº 930785/1988-A/NMR nº 934762/2012 - Atividades empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágio médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, exceto árvores isoladas - Uberaba/MG, PA/SLA nº 822/2023. Classe 2. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - Processo SEI nº 1370 01 0007913/2023-13.

27 1873988 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Carlos Magno Silva Garcia/ Comércio Areia Santa Clara - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Água Comprida/MG - PA/SLA nº 2488/2023, Classe 3. Motivo:Necessidade de regularização mediante Licenciamento Ambiental Concomitante (LACI).

(a)Bruno Neto de Ávila, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

27 1873991 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Olavo Remigio Condá Fátima Cedro e Cachoeirinha - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropecuários, exceto horticultura - Paracatu/MG - Processo: 2469/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 2) Portal do Vale Empreendimentos Imobiliários Ltda./Loteamento Portal do Vale Empreendimentos Imobiliários Ltda - Fazenda Espalha - Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares - Paracatu/MG - Processo: 2468/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ricardo Barreto, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste de Minas.

27 1874030 - 1

A Coordenadora Regional de Administração e Finanças da URA Jequitinhonha torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: 1) Licença Ambiental Concomitante - LAC2 (LP-L1-L1) 1) Mineração Maroto Diamantina Ltda, Lava a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilhas de rejeito/exceto, Diamantina/MG, PA nº 0287/2023, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº 170.071.0049580/2022-13. Motivo: Solicitação do arquivamento pelo empreendedor.

(a) Rita de Cássia Almeida de Paula
Coordenadora Regional de Administração e Finanças, designada para responder pela URA JEI conforme ato publicado na edição de 01/11/2023 do Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais - Página 15.

27 1873634 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada.

1) LCA Ambiental Gestão de Resíduos Ltda - CTR Bituruna, Tratamento de resíduos de serviços de saúde (Grupos A e C em contaminação biológica), visando a redução ou eliminação da carga microbiana, tais como desinfecção química, autoclave ou micro-onhas, Resíduo de Ponte Nova/MG, PA nº 1829/2023, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 30/07/2023.

(a) Dorgival da Silva, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

27 1873917 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foi concedida a Licenças Ambiental abaixo identificadas:

- Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação Concomitante - LP+LI+LO (LACI): 1) Rogério de Oliveira Bastos - Madeireira Araraú, Tratamento e aproveitamento de madeira, Santana do Cataguases/MG, PA nº 760/2023, Classe 4. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até 24/11/2023.

(a) Dorgival da Silva, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

27 1873897 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) torna públicas as DECISÕES ESTADUAIS do Conselho Ordinário da Câmara Normativa e Recursal (CNR) realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão em transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: https://www.youtube.com/channel/UCBU1IA6bZm5p3C1j3d4w, no dia 27 de novembro de 2023, às 14h, a saber: 5. Exame Ata da 183ª RO de 26/10/2023. APROVADA COM ALTERAÇÕES. 6. Minuta de Deliberação Normativa Copam para exame e deliberação: 6. Minuta de Deliberação Normativa Copam que propõe a revogação da DN Copam nº 01, de 26 de maio de 1981 e dispõe sobre padrões de qualidade do ar para o Estado de Minas Gerais e dá outras providências - Processo SEI nº 1370.01.003090/2020-24. Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). APROVADA COM ALTERAÇÕES. Apreciação incluído do inciso I no art. 3º; Apreciação a alteração do inciso III do art. 3º; Apreciação a alteração do §2º do art. 7º; Apreciação a inclusão do §4º no art. 1º; Apreciação a inclusão do artigo 11 e dos incisos I e II. Art. 11 - Os Padrões de Qualidade do Ar definidos no Anexo I desta Deliberação Normativa, no que se refere às medidas estabelecidas para as Partículas Sedimentáveis - PS, observarão as seguintes diretrizes: 1 - Caso venha a ocorrer a ausência de monitoramento mensal ou após resultados atípicos acima da média anual capturados por estação de contagem, o órgão ambiental estadual deverá acionar os geradores envolvidos para estruturar plano de monitoramento e, quando for o caso, que os mesmos apresentem justificativa dos dados coletados, no prazo de 20 dias. II - Ultrapassados os parâmetros da qualidade ambiental em três vezes ao ano, caberá ao órgão ambiental competente convocar os geradores da região imediata, a fim de se estabelecer um programa de monitoramento conjunto, acompanhado do devido plano de ação". 7.1 Samarco Mineração S.A. - Barragem de contenção de rejeito - Mariana/MG - PA/CAPINº 708.009.2020 - AINº 204.594/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infrção da Feam. DEFERIDO O RECURSO. 7.2 Vale S.A. - Dragagem para desassoreamento de corpos d'água - Nova Lima/MG - PA/CAPINº 722.217/2021 - AI/Nº 271.566/2021. Apresentação: Núcleo de Auto de Infrção da Feam. INDEFERIDO O RECURSO, NOS TERMOS DO PARECER JURÍDICO DA FEAM. 7.3 Magnesia Refratários S.A. - Barragem de rejeito/resíduos (Tanque de recirculação de água 1) - Contagem/MG - PA/CAPINº 438.036/2016 - AINº 89.139/2015. Apresentação: Núcleo de Auto de Infrção da Feam. DEFERIDO O RECURSO. 7.4 Prefeitura Municipal de Paraisópolis - Tratamento de efluente sanitário - Paraisópolis/MG - PA/CAPINº 525.808/2018 - AINº 126.343/2018. Apresentação: Núcleo de Auto de Infrção da Feam. DEFERIDO O RECURSO. 7.5 Prefeitura Municipal de Monte Belo - Tratamento de efluente sanitário - Monte Belo/MG - PA/CAPINº 525.007/2018 - AI/Nº 126.303/2018. Apresentação: Núcleo de Auto de Infrção da Feam. DEFERIDO O RECURSO. 7.6 Intercomércio Brasil S.A. - Fabricação de Cimentos - Santana do Paraíso/MG - PA/Nº 436.199/2008/2003 - PA/CAPINº 765.265/2022 - AINº 448/2003. Apresentação: Núcleo de Auto de Infrção da Feam. DEFERIDO O RECURSO. 7.7 Auto Posto Itapoiá Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas reutilizados, postos flutuantes de combustíveis - Postos revendedores de combustíveis de aviação - Itamarandiba/MG - PA/Nº 12738/2005/004/2015 - PA/CAPINº 679.978/2019 - AI/Nº 66.195/2015. Apresentação: Núcleo de Auto de Infrção da Feam. DEFERIDO O RECURSO.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente Suplente da Câmara Normativa e Recursal

27 1873758 - 1

A Coordenadora Regional de Administração e Finanças da URA Jequitinhonha torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: 1) Licença Ambiental Concomitante - LAC1 (LP-L1-L1O) 1) Albion Trading Comercio de Minerais Ltda, Lava a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro, Lava a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido, Barragem de acumulação de água para abastecimento público, industrial e na mineração ou para perenização, Diamantina/MG, PA nº 2069/2023, Classe 4. Motivo: Considerando o disposto nos artigos 26º da DN Copam nº 21/2017 e 23º do Decreto 47.383/2018, bem como a inexistência de elementos e informações suficientes para realização da análise técnica do processo de licenciamento ambiental.

(a) Rita de Cássia Almeida de Paula
Coordenadora Regional de Administração e Finanças, designada para responder pela URA JEI conforme ato publicado na edição de 01/11/2023 do Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais - Página 15.

27 1874128 - 1

O Diretor de Gestão Regional torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC1) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e Operação (LI+LI+LO) 2) *Burti Transmissão de Energia S.A. - LT 500 KV Burtizeiro 3 - São Gonçalo do Pará C2 S - Linhas de transmissão de energia elétrica - Pampulha, Burtizeiro, Itassuca, Triângulo, Felixlândia, Pampulha, Pitingui, Conceição do Pará, Nova Serrana e São Gonçalo do Pará/MG - N° do Processo 2568/2023 - Classe 4. - **Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado PA/Nº 1370.01.003579/2023-60.

(a) Vitor Reis Salmum Tavares. Diretor de Gestão Regional.

27 1874012 - 1

TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2023 - 13

O Diretor de Gestão Regional, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Autorização para Intervenção Ambiental: 1) Burti Transmissão de Energia S.A. - Ampliação da SE São Gonçalo do Pará, CNPJ: 47.290.852/0001-24 - Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 1,52 ha - São Gonçalo do Pará/MG, Processo SEI nº 2090.01.0006683/2023-96 em 22/11/2023. 2) Burti Transmissão de Energia S.A. - Ampliação da SE Burtizeiro 3, CNPJ: 47.290.852/0001-24 - Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 2,10 ha - Burtizeiro/MG, Processo SEI nº 2090.01.0006683/2023-37 em 11/11/2023.

(a) Vitor Reis Salmum Tavares. Diretor de Gestão Regional.

27 1873938 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade: 10 (dez) anos: 1) Leonardo Tavares do Nascimento/ Fazenda Lagoa Dourada e Pouso Frio, Fazenda Primavera, Matas. 8.320 e 12.808 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropecuários, exceto horticultura - Santa Juliana/MG - PA nº 2662/2023, Classe 2. 2) Rafael Naves Neumann/ Fazenda Água Limpas, Matas. 3.362 e 30.050 - Horticultura (horticultura, oleicultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), criação de animais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropecuários, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Itaipava/ MinasMG - PA nº 2664/2023, Classe 2. 3) Sival Jodo de Queiroz/ Fazenda Brejinha - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropecuários, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento - Campina Verde/MG - PA nº 2663/2023, Classe 2.

(a) Bruno Neto de Ávila, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

27 1873996 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Latécins Santiago Ltda., Fabricação de produtos de latéx, exceto envase de leite fluído, São Tiago/MG - PA nº 2670/2023, Classe 3.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais agropecuárias na modalidade LAS/Cadastro, com validade: 10 (dez) anos, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Santa Rita Empreendimentos Imobiliários S.P.E. Ltda. Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Cássia/MG, Processo nº 2610/2023. 2. SEC Power Commercial, Importadora e Exportadora Ltda. Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de pilhas e baterias; ou baterias automotivas, Cambuí/MG, Processo nº 2611/2023. 3. Reciclagem Cachoeira Ltda., Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto óleos, graxas, Carno da Cachoeira/MG, Processo nº 2626/2023. 4. Fazer Azul Indústria, Comércio e Empreendimentos Imobiliário Ltda., Extração de água mineral ou potável de mesa, Santa Rita do Sapucaí/MG, Processo nº 2647/2023.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

27 1874063 - 1

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.861, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

Altera a Deliberação nº 1.790, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 38 do do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o inciso XII da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 24, de 22 de dezembro de 2022,

DELIBERA: Sim - "O item "3º da alínea "a" do inciso I e o item "3º da alínea "I" do inciso II do art. 2º da Deliberação Copam nº 1.790, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º - (...) 1 - (...) (a) (...) (...) 2º Suplente: Guilherme de Oliveira Leão; (...) (...) (...) 3º Suplente: Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira;"

Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023.

LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO COPAM Nº 1.862, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023.

Altera a Deliberação Copam nº 1.791, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o mandato 2023-2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, parágrafo único do art. 15 e §3º do art. 38 do do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e o inciso XII da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 24, de 22 de dezembro de 2022,

DELIBERA: Sim - "O item "3º da alínea "a" do inciso I e o item "3º da alínea "I" do inciso II do art. 2º da Deliberação Copam nº 1.790, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º - (...) 1 - (...) (a) (...) (...) 2º Suplente: Monicke Sant Anna Pinto de Arruda;"

Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023.

LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

27 1874149 - 1

O Diretor de Gestão Regional torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: 1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC2) - Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC) *Vallouere Tubos

14 – TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2023

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS-Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento: I) Leticia Mendes Gomes – Stone Gran Marmoriaira, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Matipó/MG, PA.SLA nº 2657/2023, com validade até 24/11/2023; 2) Município de Porto Firme – Estação de Transbordo Municipal, Estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos, Porto Firme/MG, PA.SLA nº 267/2023, com validade até 27/11/2023. (a)Bergival da Silva, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

27 1874111 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Cerh-MG

Pauta da 10ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Especializada de Planejamento - CTPE do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG Data: 04 de Dezembro de 2023, às 14h. Endereço virtual da reunião: <http://www.youtube.com/channel/UCU1iAB462m8p3C1jsJ4w> 1. Abertura pelo Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento (CTPE). 2. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 3. Comunicado dos conselheiros. 4. Comunicado da Secretaria Executiva. 5. Manual Operativo (MOP) do Plano Estadual de Recursos Hídricos - 2023 a 2025, para exame e discussão. Apresentação: Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/Ilgm). 6. Assuntos gerais. 7. Encerramento.

Thiago Figueiredo Santana Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento

27 1874161 - 1

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 559, DE 27 DE NOVEMBRO 2023 Altera a Deliberação nº 541, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, para o mandato 2023-2025. O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, o art. 15 do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e o inciso XI da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 24, de 22 de dezembro de 2022. DELIBERA: Art. 1º – O item 2 da alínea “b” do inciso I e o item 2 da alínea “d” do inciso III do art. 1º da Deliberação CERH-MG nº 541, de 30 de maio de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º – (...) a) (...) b) (...) 2º – 1º Suplente: Lorena Gonçalves Brito; (...) b) (...) 2º – 1º Suplente: Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira.”. Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023. LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 560, DE 27 DE NOVEMBRO 2023 Altera a Deliberação nº 543, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Câmara Técnica Especializada de Regulação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, para o mandato 2023-2025. O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, o art. 15 do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e o inciso XIII da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 24, de 22 de dezembro de 2022. DELIBERA: Art. 1º – Os itens 1, 2 e 3 da alínea “a” do inciso I e o item 1 da alínea “c” do inciso III do art. 2º da Deliberação CERH-MG nº 543, de 30 de maio de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º – (...) a) (...) 1º – Titular: Lorena Gonçalves Brito 2º – 1º Suplente: Ariel Chaves Santana Miranda; (...) b) (...) 3º – 2º Suplente: Karla Jorge da Silva; (...) III – (...) c) (...) 1º – Titular: Tullio Pereira de Sá.”. Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023. LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 561, DE 27 DE NOVEMBRO 2023 Altera a Deliberação nº 544, de 30 de maio de 2023, que estabelece a composição e designação dos membros da Câmara Técnica Especializada de Planejamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, para o mandato 2023-2025. O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o §1º do art. 38, da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, o art. 15 do Decreto nº 48.209, de 18 de junho de 2021, e o inciso XIII da Deliberação Conjunta Copam/CERH-MG nº 24, de 22 de dezembro de 2022. DELIBERA: Art. 1º – O item 1 da alínea “a” do inciso I do art. 2º da Deliberação CERH-MG nº 544, de 30 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º – (...) a) (...) 1º – Titular: Guilherme de Oliveira Leão.”. Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 27 de novembro de 2023. LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

27 1874150 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente no uso de suas atribuições, CONCEDE COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 20, II, da Lei Delegada nº 175, de 26/01/2007, alterada pelo art. 16 da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, a servidora TATIANA DINIZ Lima MASP 1.379.679-4 pela remuneração do cargo efetivo de TÉCNICO AMBIENTAL, Nível II, Grau A, acrescida de 50% do vencimento do cargo de provimento em comissão do DA-18/MA1100329, a partir de 22/11/2023.

27 1874123 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

PORTARIA Nº 92, DE 27 DE NOVEMBRO 2023 Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e Monumento Natural Estadual Varzea da Lapa. O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.

RESOLVE: Art. 1º- Aprovar o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e Monumento Natural Estadual Varzea da Lapa, na forma do Anexo I desta Portaria. Art. 2º- Para efeitos desta Portaria entende-se: I - Membro: entidade, órgão ou instituição que representa determinado segmento no conselho; II - Representante: pessoa indicada por órgão ou instituição que represente um segmento do conselho; III - Urgência: situações em que não se pode esperar por uma reunião do Conselho para que seja tomada uma medida. O plenário avaliará os pedidos de urgência para verificar sua pertinência; IV - Ad Referendum: sujeito à aprovação ou referendo do Plenário. Art. 3º- Revoga-se a Portaria IEF nº112, de 10 de outubro de 2017. Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Breno Esteves Lasmar - Diretor Geral do IEF

ANEXO I REGIMENTO INTERNO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO, MONUMENTO NATURAL ESTADUAL LAPA VERMELHA E MONUMENTO NATURAL ESTADUAL VARZEA DA LAPA. Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e Monumento Natural Estadual Varzea da Lapa. Capítulo I Disposições Preliminares Art. 1º- O presente documento tem por objetivo estabelecer o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha e Monumento Natural Estadual Varzea da Lapa, criada pela Portaria nº 40 de 19 de maio de 2022, estabelecendo, assim, todas as normas e procedimentos a serem respeitados no âmbito de atuação do referido Conselho. Art. 2º- O Conselho de Unidade de Conservação é regido pelas disposições constantes da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, Decreto Federal Nº. 4340, de 22 de agosto de 2002, pelo presente Regimento Interno e demais normas aplicáveis.

Da Finalidade e Competência Art. 3º - O Conselho tem por finalidade auxiliar o Órgão Gestor da Unidade de Conservação na tomada de decisões, inclusive, emitir e propor diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação e de sua Zona de Amortecimento. Parágrafo único. As pautas, atas e decisões das reuniões do Conselho deverão ser publicadas, tanto no quadro de avisos da Unidade de Conservação, podendo ser disponibilizadas, ainda, nos veículos de comunicação próprios da Unidade. Art. 4º- São atos do Conselho: I- Diretiva quando se tratar de estabelecimento de orientações gerais para elaboração e revisão das normas regulamentares do próprio Conselho; II- Recomendação quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação, inclusive, emitir e propor diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação e de sua Zona de Amortecimento. III- Moção: quando se tratar de matéria dirigida ao Poder Público e/ou à sociedade civil em caráter de alerta, reivindicação, comunicação honrosa ou pesaroza;

Capítulo III Da Organização do Conselho Seção I Disposições Gerais Art. 5º- O Conselho tem a seguinte estrutura: I - Presidência; II - Plenário; III - Grupos de Trabalho, tais como: a)Elaboração, implementação, acompanhamento e revisão do Plano de Manejo; b)Uso Público; c)Zona de Amortecimento; d)Educação Ambiental; e)Pesquisa Científica; Proteção à Biodiversidade; f)Elaboração de Plano de Trabalho de Compensação Ambiental; g)Outros IV- Secretaria Executiva. Parágrafo único. Os novos editais busca-se a paridade entre setor público e privado.

Seção II Da Presidência Art. 6º- A Presidência é exercida pelo Gerente da Unidade de Conservação, nos termos estabelecidos pelo art. 17 do Decreto Federal nº 4340/2002, a quem compete presidir as reuniões do Plenário, sendo substituído, no caso de falta ou impedimento, pelo Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do IEF ou, na falta deste, por quem for designado formalmente pelo Presidente, em ato próprio, dispensada sua publicação. §1º - Ao Presidente do Conselho compete, além da condução das reuniões, as seguintes atribuições específicas: I- decidir os casos de exclusão ou inadivisão de interesse ou salvaguarda do Conselho ad referendum, mediante motivação expressa constante do ato que formalizar a decisão; II- convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias; III- aprovar previamente as pautas das reuniões; IV - submeter à apreciação do Conselho as matérias a serem analisadas; V - submeter ao plenário o expediente oriundo da secretaria executiva; VI - requisitar serviços dos membros do Conselho e delegar competência; VII - recomendar diligências aos grupos de trabalho; VIII - constituir ou extinguir, ouvidos os demais membros do Conselho, grupos de trabalhos; IX - representar o Conselho ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele; X- homologar e fazer cumprir as decisões do Conselho; XI- assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões do plenário; XII- autorizar a divulgação na imprensa de assuntos com apreciação ou li aprovados pelo Conselho. XIII-dispor sobre o funcionamento da secretaria executiva e resolver os casos não previstos neste regimento; XIV- assinar os atos do Conselho. XV- requer a dirigente de instituição pública pedido de assessoramento técnico, bem como a elaboração de laudos, perícias e pareceres técnicos necessários à instrução de processos submetidos à apreciação do Conselho; XVI- fazer o controle de legalidade dos atos e decisões do Conselho; XVII- promover a articulação do Conselho com os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA, visando à compatibilização de suas funções; XVIII- exercer outras atividades correlatas.

Do Plenário Art. 7º- O Plenário é instância superior do Conselho quando as diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação, competindo-lhe as seguintes atribuições específicas: I- estabelecer o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação; II- acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Regularização de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III- buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; IV- solicitar-separarcompatibilizarosinteressados diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; V- avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação; VI- opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade; VII- acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; VIII- manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; IX- propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso. X- estabelecer sob a forma de diretrizes, as orientações gerais sobre políticas e ações de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente relacionada à Unidade de Conservação e sua Zona de Amortecimento; XI- propor a criação ou a extinção de Grupos de Trabalho; XII - solicitar ao Presidente assessoramento de instituições públicas especializadas; XIII- conhecer e opinar sobre o fator de qualidade da Unidade de Conservação, bem como sobre metodologias a fim de aprimorá-lo; XIV- analisar e votar sobre assuntos encaminhados à sua apreciação; XV- discutir e opinar matérias relacionadas à consecução das finalidades do Conselho previstas neste Regimento Interno; XVI- sugerir atribuições, emitir opiniões, aprovar ou rejeitar atos do Conselho; XVII - manifestar-se sobre eventuais concessões; e XVIII- exercer outras atividades correlatas.

Seção IV Da Secretaria Executiva Art. 8º- A Secretaria Executiva é formada por apoio administrativo à Presidência; ao Plenário, bem como aos Grupos de Trabalho, competindo-lhe as seguintes atribuições específicas: I- assessorar o funcionamento do Conselho e cumprir as determinações emanadas do Conselho; II - elaborar a pauta das Reuniões e submetê-la à aprovação da Presidência; III- publicar as atas das reuniões; nos termos estabelecidos pelo art. 4º, § único deste Regimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da reunião; IV- encaminhar a pauta de reunião aos conselheiros titulares e suplentes, bem como o material referente à respectiva reunião, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da reunião, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do artigo deste Regimento Interno; V- publicar as atas das reuniões; nos termos estabelecidos pelo art. 4º, § único deste Regimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da reunião; VI- convocar as reuniões dos Grupos de Trabalho, organizando a respectiva pauta; VII- fornecer apoio administrativo à Presidência, ao Plenário e aos Grupos de Trabalho para consecução de suas finalidades, inclusive, expedir convocações e comunicações; VIII- articular o relacionamento do Conselho com os demais órgãos e entidades do Sistema Estadual do Meio Ambiente - SISEMA; IX- produzir e assinar as atas das reuniões, em nome do Conselho, para estudo de problemas que, por sua natureza, transcendam à competência privativa de Grupo; X- executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho; XI- organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades do Conselho; XII- coletar dados e informações necessárias à complementação das atividades do Conselho; XIII - receber dos membros do Conselho sugestões de pauta de reunião; XIV- elaborar as atas das reuniões; e a redação final dos documentos que forem expedidos pelo conselho; XV- efetuar controle sobre os documentos, mantendo a Presidência do Conselho informada das prazos de análise e complementação dos trabalhos dos grupos constituídos. §1º - A função de Secretário Executivo do Conselho será exercida por servidor do Sistema de Conservação devidamente designado pelo presidente do Conselho.

Capítulo IV Das Reuniões Seção I Da Organização Art. 9º- O Conselho reunir-se-á em sessão pública, com quórum de instalação correspondente ao da maioria absoluta de seus membros, deliberando por maioria simples, independentemente da manutenção do quórum de instalação. §1º - Para efeito do cálculo do quórum de instalação, não serão computadas as entidades ou órgãos com direito suspensão ou desligadas, conforme artigo 18 deste Regimento Interno. §2º - Não havendo quórum para dar início aos trabalhos por maioria absoluta, o Presidente do Conselho aguardará por 30 (trinta) minutos, após os quais, verificando a inexistência do número regimental, procederá à chamada para instalação da reunião por maioria simples. §3º - Não havendo condições de se instalar por maioria simples, o Presidente do Conselho procederá ao cancelamento da reunião. §4º - As matérias não apreciadas devido ao adiamento da reunião, por falta de quórum ou por insuficiência de tempo, serão pautadas para a reunião seguinte e analisadas prioritariamente. Art. 10- O Conselho reunir-se-á: I- ordinariamente, de acordo com o calendário previamente estabelecido; II- extraordinariamente, por iniciativa de seu Presidente ou da maioria absoluta de seus membros, sempre que houver assuntos urgentes ou matérias de relevante interesse. §1º- As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo calendário apresentado e aprovado na última reunião do ano anterior. §2º - O Conselho se reunirá ordinariamente no mínimo três vezes ao ano. §3º - A numeração das reuniões ordinárias e extraordinárias será sequencial, respeitando-se a numeração precedente. §4º - Não havendo quórum de instalação, deverá ser publicada por meio eletrônico e armazenado no SEI a não realização da reunião, devendo a publicação ser feita no prazo de 10 (dez) dias corridos após a reunião. §5º - O cancelamento de reunião deverá ser publicado, mantendo-se a mesma numeração para a próxima reunião designada. Art. 11- As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas pela Secretaria executiva e suas pautas e respectivos documentos disponibilizados por meio eletrônico e armazenados no SEI, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião, incluídos os dias da publicação e da reunião, ressalvada a hipótese prevista no §2º do artigo 11 deste Regimento Interno. §1º - Os documentos a serem apreciados nas reuniões ordinárias e extraordinárias serão disponibilizados por meio eletrônico e armazenado no SEI com a mesma antecedência a que se refere o caput deste artigo, sob pena de não serem considerados como subsidio à apreciação do Conselho. §2º - No caso das reuniões extraordinárias, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser reduzidos para até 5 (cinco) dias. Art. 12- As reuniões deliberativas exclusivamente sobre matérias constantes de sua pauta, salvo a aprovação de moções e de encaminhamentos advindos de assuntos gerais e de comunicado dos conselheiros.

Art. 13- O Presidente do Conselho poderá, de ofício ou por provocação, mediante justificativa fundamentada, cancelar uma reunião com pauta já publicada, providenciando a divulgação do cancelamento de imediato e de forma resumida ao Conselho por meio eletrônico. Art. 14- As reuniões do Conselho serão, sempre que possível, gravadas, e obrigatoriamente, registradas em atas sucintas, que deverão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente da reunião, mediante aprovação dos conselheiros. Art. 15- Os conselheiros interessados poderão ter acesso à gravação da reunião, mediante solicitação formal à respectiva Secretaria Executiva. Art. 15- As decisões serão publicadas de forma resumida por meio eletrônico e armazenado no SEI em até 10 (dez) dias, contados da data da reunião.

MINAS GERAIS

Seção II Do Funcionamento

Art. 16- As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem básica de trabalho: I - verificação de quórum de instalação e abertura da sessão; II - execução do Hino Nacional Brasileiro, quando a formalidade exigir; III - comunicado dos conselheiros e assuntos gerais; IV- discussão e aprovação da ata da reunião anterior; V- apresentação ao Presidente de pedidos de inversão de pauta ou de reatada de pontos de pauta; VI- discussão das matérias pautadas, após leitura integral da pauta; VII - encerramento. §1º - O comunicado e os assuntos gerais a que se refere o inciso III do caput deste artigo terão duração máxima total de até 30 (trinta) minutos, divididos entre os interessados, sendo necessária a inscrição de não conselheiros em livro próprio até o início dos trabalhos da sessão. §2º - Os itens de pauta poderão ser apreciados em bloco, admitindo-se destaque em ponto de pauta específico por qualquer conselheiro presente, verificada a necessidade de discussão, esclarecimento ou pedido de vista sobre o item, respeitado o disposto nos artigos 20 e 23 deste Regimento Interno. §3º - O destaque a que se refere o parágrafo anterior deverá ser requerido no momento em que o Presidente da sessão promover a leitura das matérias pautadas para apreciação. §4º - Os itens destacados serão colocados em discussão em separado, devendo ser obedecida a ordem da pauta, sendo admitida, nos termos deste Regimento Interno, a inversão de pauta. §5º - A discussão das matérias pautadas será iniciada: I- pela leitura de relato elaborado por solicitante de vista; II- por esclarecimentos decorrentes de diligência solicitada. §6º - As atas a que se refere o inciso IV do caput deste artigo serão disponibilizadas previamente aos conselheiros, sendo dispensada sua leitura. §7º - O Presidente do Conselho, mediante provocação ou de ofício, decidirá sobre pedidos de inversão de pauta, na reatada de pontos de pauta. Art. 17- Compete aos Conselheiros: I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados; II - debater a matéria em discussão; III- requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário Executivo, durante a reunião, ou, quando necessário, sob a forma de diligência; IV- propor questões de ordem; V- pedir vista de matéria. VI- apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados; VII - apresentar pareceres de vista, nos prazos fixados; VIII- propor moções; IX - observar em suas manifestações as regras básicas de convivência e decoro.

Art. 18- A ausência injustificada da entidade por três reuniões consecutivas ou seis alternadas durante o mandato, implicará automaticamente na suspensão das competências previstas no artigo 28 deste Regimento Interno, por 02 (duas) reuniões. §1º - A Secretaria Executiva da reunião deverá comunicar a ausência, suspendendo o o desligamento da entidade representada, assim como ao conselheiro titular e aos suplentes, alertando-os das penalidades regimentais. §2º - A reincidência nas ausências a que se refere o caput deste artigo implicará no imediato desligamento da entidade e órgão representante. §3º - Para efeito do cálculo do quórum de instalação, não serão computadas as entidades ou órgãos com direito suspensão ou desligados, conforme disposto neste artigo. Art. 19- Terá direito a voto manifestação e assento à mesa o conselheiro titular do órgão ou entidade e, na ausência ou impedimento deste, o respectivo conselheiro suplente. Parágrafo único. Cabe ao Presidente do Conselho, a que se refere o caput deste artigo, o de qualidade. Art. 20- Cada conselheiro disporá, em cada item de pauta, de no máximo 10 (dez) minutos para manifestar-se, prorrogáveis a critério do Presidente, para fazer a matéria em discussão, inclusive para apresentar o relato sobre o pedido de vista previsto no artigo 23 deste Regimento Interno. §1º - Cabe ao Presidente limitar a palavra todas as vezes que se entender que as manifestações não são aptas a matéria em discussão. Art. 21- Para fins deste Regimento, entende-se por diligência o requerimento, por conselheiro, aodeterminações, providências ou esclarecimentos sobre matéria pautada em discussão quando não for possível o atendimento no ato da reunião. 1º - Compete ao Presidente da sessão deliberar sobre a pertinência da diligência a que se refere o caput deste artigo, decidindo pelo prosseguimento ou pela interrupção da votação. §2º - No caso de matéria ainda não elucidada, poderá ser requerida diligência por mais de uma vez, desde que aprovado pelo Presidente. Art. 22- Para fins deste Regimento, entende-se por questão de ordem o ato de suscitar dúvidas sobre interpretação de norma deste Regimento. §1º - A questão de ordem será formulada com clareza e indicação do que se pretende elucidar, no prazo de 3 (três) minutos, sem seja interrompida. §2º - Se o autor da questão de ordem não indicar inicialmente o dispositivo, o Presidente da sessão retirá-la-á a palavra e determinará que sejam excluídas da ata as alegações feitas. §3º - A questão de ordem formulada será resolvida imediatamente pelo Presidente da reunião, com o apoio de sua assessoria jurídica. Parágrafo único. As matérias serão datadas, numeradas sequencialmente e assinadas pelo Presidente durante a reunião, competindo à Secretaria Executiva o seu encaminhamento ao destinatário, com retorno aos Conselheiros na reunião subsequente, quando houver necessidade de resposta. Art. 25- Qualquer interessado na matéria em discussão poderá fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, desde que inscrito em livro próprio até o início da reunião do Conselho, com indicação clara e precisa do item sobre o qual deseja manifestar-se. §1º - Antes de passar a palavra para o interessado, o Presidente deverá advertir-lo o tempo disponível para a sua manifestação. §2º - Ultrapassado o prazo fixado noutopáculdeste artigo, o Presidente poderá conceder prorrogação de 1 (um) minuto, para fins de conclusão da manifestação. §3º - Nos casos em que, ultrapassado o prazo de 6 (seis) minutos, não for possível a conclusão da manifestação e tratando-se de assunto de grande complexidade, poderá, a critério do Conselho, por meio de votação, ser concedido novo prazo para conclusão da manifestação, que não excederá 5 (cinco) minutos. Art. 26- Poderão ser convidadas pelo Presidente, para participarem das reuniões, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e instituições relacionadas à matéria constante da pauta. Parágrafo único. Os técnicos e assessores jurídicos do órgão gestor do SISEMA poderão se manifestar para prestar esclarecimentos, devendo limitar-se ao assunto tratado durante o julgamento.